



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Ata da Audiência Pública sobre os impactos do Megaevento
Copa do Mundo 2014 no direito à moradia

No dia 25 de março de 2010, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - Praça Marechal Deodoro, 101 - Porto Alegre/RS, no auditório Dante Barone, realizou-se a **audiência pública sobre impactos do Megaevento Copa do Mundo 2014 no direito à moradia e outros a ele relacionados**, convocada pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Procurador da República Alexandre Amaral Gavronski nos termos do respectivo **Edital de Convocação**, com **objetivo** de instruir e subsidiar a atuação do Ministério Público Federal nos autos do inquérito civil n. 1.29.000.000396/2011-82, e, especificamente, *identificar as demandas das comunidades possivelmente afetadas pelas prováveis realocações de suas moradias decorrentes das obras relacionadas à Copa de 2014, bem como as lesões e ameaças a direitos por elas visualizadas em decorrência da atuação dos poderes públicos de modo a orientar a atuação do Ministério Público Federal destinada a preservação dos direitos envolvidos sob a perspectiva coletiva nas matérias de sua atribuição, preferencialmente de modo articulado com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.*

Aberta a audiência pública às 13h45min, o procurador da República Alexandre Amaral Gavronski fez uma breve explanação sobre as possibilidades e limites de atuação do Ministério Público nas realocações decorrentes da Copa de 2014 sob as perspectivas institucionais, destacando o enfoque coletivo; expôs os objetivos específicos do audiência, em especial ouvir a população que possivelmente terá afetado seu direito à moradia devido às obras a serem realizadas na cidade em preparação ao megaevento Copa do Mundo 2014, bem como **traçar uma estratégia de ação, de modo articulado com o Ministério Público do Rio Grande do Sul**, no sentido da defesa dos direitos da coletividade e da garantia de sua participação no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

respectivo processo administrativo; **informou, ainda, que a iniciativa faz parte de uma estratégia de atuação de âmbito nacional do Ministério Público Federal** e articulada por um grupo de trabalho criado especificamente para tratar do impacto dos Megaeventos no direito à moradia, ressaltando que, no Rio Grande do Sul, considera fundamental uma atuação coordenada com o Ministério Público Estadual.

Em seguida, a palavra foi assegurada ao Promotor de Justiça Luciano Brasil, titular da Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O Promotor explanou acerca da visão do MP/RS sobre a questão em pauta, ressaltando que o mais importante nesse primeiro momento é a **busca da transparência** no cumprimento das obras que fazem parte do caderno de encargos da FIFA; acrescentou que **o diálogo contínuo com as comunidades afetadas é fundamental**; ressaltou a **importância de que as comunidades saibam de antemão o modo como ocorrerão os reassentamentos** para que possam se organizar e lutar pelos seus direitos; destacou a **atuação de modo articulado do MP/RS com o MPF na busca de que as soluções** para questões que se apresentarem sejam atingidas **pela via da negociação e do consenso**; alertou, entretanto, que se essa via não se mostrar possível, **o MP não hesitará em ingressar com ações necessárias para assegurar os direitos das comunidades**; por fim, informou que trouxe para a audiência e disponibiliza documentos relativos ao reassentamento de famílias da Vila Tronco que é objeto de apuração específica sob sua responsabilidade no Ministério Público Estadual.

Na sequência, fez uso da palavra o Promotor de Justiça Francesco Conti, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O Promotor ressaltou primeiramente que o Ministério Público, na condição de defensor dos direitos humanos, **está do lado das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade**; externou a posição de que **não tolerará qualquer tipo de “higienização” em Porto Alegre**, colocando as comunidades em situação de maior vulnerabilidade do que já se encontrem; enfatizou esperar que as autoridades públicas municipais não mandem as comunidades para um



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

lugar pior do que hoje se encontram; por fim, **salientou a importância de as comunidades se manterem permanentemente mobilizadas** durante todo o processo para preservarem seus direitos.

Na sequência foi assegurada a palavra às seguintes entidades de movimentos sociais, indicadas pelo Comitê Popular da Copa: 1 - Associação dos moradores da Vila Cristal – José Renato Maia e Andressa Costa; 2 – Comissão de moradores da Vila Cristal e Divisa – Noeli de Almeida; 3 – Casa de Nazaré – Irmã Conceição; 4 - Comitê Popular da Copa Divisa/Cristal – Ronaldo de Souza e Leandro; 5 – Comitê Popular da Copa das Ilhas – Juramar; 6 – Instituto Acesso, Cidadania e Direitos Humanos – Jaques Alfonsin; 6 – Assembleia Permanente de Entidades Ambientais – Fernando Campos e Eduardo; 8 – Associação dos moradores das Vilas do Morro Santa Tereza – Darci Campos; 9 - Associação Vila União Santa Tereza – Alexandro; 10 – Movimento em Defesa do Morro Santa Tereza – Vinicius Golleaci; 11 – Comitê Popular da Copa do Centro – Luiz Costa; 12 – Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre – Everson da Cunha; 13 - Movimento em Defesa da Orla – Edvino de Mattos; 14 – Central de Movimentos Populares – Josué Ciano Lopes da Silva; 15 – Movimento em Defesa da Zona Rural – Felipe Viana. **Dentre as manifestações destacam-se a da Sra. Andressa Costa**, que salientou que a principal pergunta a ser feita é “para onde vamos?”; informou que onde a comunidade onde está dispõe de creche e uma infraestrutura razoável; clamou por ajuda do poder público na defesa do direito à moradia; do **Sr. Renato Maia** que informou ter sido alterada lei que garantia que 80% das pessoas devem ser reassentadas dentro da região e que o Prefeito não recebe a comunidade para audiência; da **Irmã Conceição**, que protestou contra o projeto Socioambiental, responsável por reassentamentos sem infraestrutura básica no Brasil, inclusive em Porto Alegre; do **Sr. Leandro**, que apontou a destinação de 15 hectares das chamadas coxeiras do hipódromo para construção de 22 torres, além de entregar documento produzido pelo Comitê da Copa à mesa; do **Sr. Ronaldo**, que questionou sobre a não informação da população por parte da prefeitura acerca dos projetos de reassentamento; do **Dr. Jaques Alfonsin**, que indicou 4 grandes problemas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

relacionados ao objeto da audiência, a saber, a incerteza dos indivíduos quanto ao seu destino e seus direitos, a insegurança e a intranquilidade geradas por essa incerteza e a injustiça que tal situação acarreta); ressaltou que o direito a moradia é garantido pela Constituição Federal, lei orgânica do município, estatuto da cidade e MP 2220, dispositivos legais que dão certeza ao povo de seu direito, acrescenta, por fim, que há a obrigatoriedade do poder público consultar a população que tem o seu direito a moradia ameaçado ou violado; **do Sr. Fernando**, que solicitou ajuda ao MPF e MP/RS na fiscalização e publicização dos contratos relativos ao objeto da audiência que serão efetuados principalmente com a CEF e BNDES; **do Sr. Alexandre**, que foi conselheiro do plano diretor e relatou ter visto casas que deveriam ser regularizadas rapidamente levarem dez anos e projetos, como da arena e do beira rio, que foram aprovados rapidamente sem discussão com a sociedade; **do Sr. Vinícius**, que informou que o principal projeto Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre está situado a 30 km do centro, além da Restinga, ponderando ser mais adequado e inclusive mais barato reassentar as famílias atingidas em seu direito de morar na própria região, em conjuntos menores e verticais, uma vez que o reassentamento para locais periféricos da cidade demanda todo um investimento em equipamentos urbanos; **do Sr. Luiz**, que levantou não ter a população acesso a carta que a presidência da República assinou com a FIFA; **do Sr. Everson**, conselheiro do plano diretor, que informou já estar determinada, pelo Diário Oficial de 29 de dezembro, o deslocamento das famílias da Tronco para a Restinga, além de ler e entregar ao MP documento síntese do Fórum de Gestão de Planejamento 8 – Restinga, que aborda com exemplos o aumento populacional na Restinga via Minha Casa Minha Vida sem o investimento em infraestrutura na região, especialmente na área de saúde; **do Sr. Felipe**, que criticou a ocupação da zona rural da Capital para reassentamento em detrimento da ocupação verticalizada de vazios urbanos centrais.

Após, a palavra foi aberta às seguintes pessoas inscritas durante a audiência pública: 1 – Vereador Comassetto – Conselho Nacional das Cidades; 2 – Roberto Oliveira – Associação dos Moradores São Judas; 3 – Lorimar Barcelona – Mov. Dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Moradores da Aluguel e de Favor; 4 – Henrique Vitter – Amigos do Bairro Jardim Botânico; 5 – Leia Aguiar – Associação dos moradores do bairro Lageado; 6 – Ezequiel Moraes – Mov. Nacional para a Luta para a Moradia; 7 – Jakubaszko – Conselho de Usuários do Parque Farroupilha; 8 – Associação Quilombola Família Fidelis; 9 – Sérgio Baerle – Fórum Estadual da Reforma Urbana e Grupo ONG Cidade; 10 – Tânia Faillace – Delegada da RP1. **Resumidamente, foram estas as manifestações: do vereador Comassetto**, Conselheiro Nacional das Cidades, que lembrou de resolução do Conselho Nacional das Cidades que manda instituir o Conselho Municipal das Cidades, além de discutir e remeter ao Ministério das Cidades o Plano Municipal da Habitação de Interesse Social até dezembro de 2011, para que se faça jus a verbas do FNIS. Mencionou também resolução da Conferência das Cidades que estabelece o reassentamento urbano em uma área de até mil metros quadrados do local de origem; da **Sra. Leia Aguiar, moradora do bairro Lageado**, que questionou a previsão de reassentamento urbano para a zona rural da Capital, visto que a região possui apenas duas escolas de ensino fundamental e nenhuma de ensino médio; sistema de transportes precário, ausência completa de segurança pública e postos de saúde, além de saneamento básico insuficiente; **do Sr. Roberto Jakubaszko** que sugere verticalizar o 4º Distrito de Porto Alegre para fins de reassentamento urbano; **do Sr. Sérgio Baerle**, que sugeriu que sejam abertos os contratos envolvendo as obras da Copa para fins de controle, iniciando pelos cadernos de encargos de cada cidade sede, além de alertar para a crítica realidade das casas de passagem da Capital e da **Sra. Tânia Faillace**, que informou sobre ação ajuizada na justiça federal acerca de irregularidades em projetos relacionados a Copa 2014, mais especificamente quanto à arena do Grêmio, comprometendo-se a encaminhar documentação por escrito ao MPF. **Na sequência a palavra foi assegurada ao Sr. Cristiano Müller, da Plataforma DHESCA**, que explanou a respeito da atuação da Plataforma, especialmente do **Projeto Relatores**, que realiza monitoramento no âmbito dos direitos à educação, à alimentação, ao meio ambiente, à saúde e à moradia, **relatoria esta sob responsabilidade do professor Orlando Júnior**, que tem dentre seus objetivos dar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

visibilidade às violações de direitos humanos (muitas vezes silenciosas) por meio de relatórios; acrescentou que vê condições de se estruturar em Porto Alegre uma missão a fim de evitar violações de direitos à moradia; afirmou visualizar na Capital conflitos fundiários por força de empreendimentos e problemas relativos à falta de informação na política de reassentamentos urbanos; por fim, citou a resolução 87 do Conselho Nacional das Cidades, que estabelece princípios e diretrizes que devem ser observadas pelo administrador público no que tange aos conflitos fundiários urbanos, e a lei do projeto Minha Casa Minha Vida, que coloca como regra a regularização no local onde mora e como realocação a exceção.

Em seguida o Procurador Alexandre Gavronski fez considerações a respeito das contribuições até então apresentadas, destacando a relevância de se assegurar transparência no processo (quais comunidades serão deslocadas e para onde?), participação social nas decisões e a viabilização da infraestrutura dos locais destinados à regularização preferencialmente por meio do diálogo entre a população interessada e os entes públicos.

Após, a palavra foi aberta à presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Sofia Cavedon, que informou ter sido instalada na Câmara a Comissão Especial da Copa e que será realizada audiência pública com a comunidade do Cristal até o final do mês de abril, além de intermediar conversas das comunidades com o Executivo municipal.

Em seguida, a palavra foi assegurada ao Poder Executivo Municipal, representado pelos secretários Cezar Busatto e Newton Baggio. Abriu o espaço destinado à municipalidade o o secretário Cezar Busatto, responsável pela Secretaria de Coordenação Política e Governança Local, enfatizando o fato de Porto Alegre viver um dos momentos de maior prosperidade econômica da história recente, e que entende que as transformações decorrentes desse crescimento causem insegurança, legítima, em determinados setores sociais; informou que para dar resposta a esta questão o executivo lançou o 5º Congresso das Cidades para gerar inclusão social e melhorias para as comunidades, sobretudo as mais carentes; chamou a população a participar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

ativamente dos fóruns temáticos que serão realizados nas comunidades, coordenados pelas universidades (UFRGS – Desenvolvimento e Cidadania, PUC/RS – Desenvolvimento Urbano e Ambiental, UNISINOS Desenvolvimento Humano, e ULBRA – Desenvolvimento Econômico); ressaltou que não há nenhuma hipótese de haver situações de injustiça decorrente das obras da Copa 2014; frisou **que o reassentamento da maioria das famílias em Porto Alegre será realizada na própria região**; informou, por fim, que as lideranças comunitárias já integram o Comitê Gestor formado pelo executivo municipal para tratar do impacto das obras para a Copa e que, se ainda há alguma liderança que não faz parte do Comitê Gestor, deverá ser imediatamente incluída.

Após, **o secretário Newton Baggio**, responsável pela SMGAE (Secretaria Municipal de Gestão e Administração Estratégica), presidente do Comitê Gestor, entregou documentação à mesa e **informou que o Ministério Público e as comunidades terão acesso via internet a todas as ações e todos os documentos em relação à Copa 2014**. Em seguida apresentou ao público, no telão, a Matriz de Responsabilidade e Recursos (anexo 1), o Planejamento Básico Habitacional relacionado ao alargamento Eixo Divisa Tronco-Teresópolis (anexo 2) e o Planejamento para a Avenida Tronco (anexo 3). Informou, por fim, que uma senha para acesso às informações anteriormente mencionadas via internet será repassada ao MPF e que 5 representantes das comunidades terão acesso às referidas informações, em seu gabinete, na segunda-feira dia 28 de março.

Após a apresentação, **o Procurador Alexandre Gavronski** destacou a importância das informações prestadas pela Prefeitura e da disponibilização das senhas para acesso ao sistema, mas lembrou que para que se organize o acesso às informações é necessário que as comunidades interessadas se articulem com as respectivas associações representativas, em especial aquelas dos bairros afetados. Definiu que um representante da Associação da Vila Tronco e mais 4 representantes comunitários indicados Comitê Popular formarão a comissão que terá acesso aos dados disponibilizados pelo secretário Baggio na reunião supracitada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Logo após, **a palavra foi assegurada à Caixa Econômica Federal, na pessoa de Sr. Jair Fernando Nino Porto Alegre, coordenador de projetos da Copa 2014 em Porto Alegre**, que esclareceu estarem sob responsabilidade da CEF os contratos das 10 obras de mobilidade urbana, referidas pelo Secretário Baggio, além dos reassentamentos da Vila Dique e Vila Nazaré (orçamento geral da União); informou que tais contratos não contemplam reassentamento, mas indenização; ressaltou, entretanto, que todos os contratos da Caixa pressupõe acompanhamento de questões relativas ao patrimônio histórico e social, meio ambiente e trabalho técnico social.

Na sequência, se manifestou ainda pela Caixa, o Sr. **Pedro Amar Ribeiro de Lacerda, responsável pelo projeto Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre**, função que abrange controle na execução das obras do projeto, especialmente no que tange à exigência de acesso a equipamentos urbanos para moradores dos empreendimentos financiados; citou a lei municipal 636 que detalha o programa federal em Porto Alegre; informou que foram construídas 10 mil unidades em 2010 pelo programa a serem entregues em 2011 para famílias de 0 a 3 salários mínimos.

Encaminhando-se para o encerramento, **a palavra foi assegurada ao Promotor de Justiça Luciano Brasil**, que enunciou as seguintes conclusões: 1) a identificação de que os **grandes pontos de incerteza das comunidades são “para onde vão?”, “quando vão?” e “em que condições vão”**, fato que torna fundamental que se estabeleça pelo Executivo **um cronograma o mais detalhado possível e o quanto antes possível**; 2) a necessidade de que **o bônus-moradia seja tratado com o máximo de delicadeza possível para não agravar os conflitos**, devido ao alto grau de incerteza que o recurso tem gerado as comunidades; 3) o estabelecimento de um processo que observe todos direitos constitucionais, com os quais o MP tem compromisso, especialmente **o corolário da transparência**, o que torna essencial para que se afaste a incerteza das comunidades **o compartilhamento das informações com as comunidades**, na linha da iniciativa do Secretário Baggio em exibir documentos às lideranças comunitárias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Por fim, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Alexandre Amaral Gavronski, finalizando os trabalhos, destacou a importância da audiência pública, a primeira sobre o assunto realizada no país pelo Ministério Público Federal, da ampla participação popular alcançada e da transparência demonstrada pelo Poder Executivo. **Ressaltou a oportunidade que Porto Alegre tem de apresentar ao mundo soluções democráticas que conciliem o necessário cumprimento dos prazos para implementação das obras destinadas à Copa de 2014 com rigorosa observância dos direitos fundamentais envolvidos relacionados à moradia, conciliando o desafio de repensar uma cidade para um megaevento com respeito aos direitos e avanços sociais, destacando a importância de trabalhar tais questões preferencialmente pela via consensual em razão das dificuldades do processo judicial de dar conta da complexidade das questões envolvidas em tempo curto, com muita participação e transparência.** Frisou a **alta representatividade do ato,** lamentando, entretanto, a ausência de representantes da Associação da Vila Tronco. Enalteceu a participação qualificada e transparente do Poder Executivo municipal, sublinhando a afirmação do Secretário Buzatto de que o **Município tem compromisso com que as obras da Copa representem efetivos avanços para a sociedade.** Propôs os seguintes encaminhamentos: 1) noticiou a **instauração do Inquérito Civil,** com a devida juntada dos documentos entregues na audiência, assim como as apresentações da prefeitura, **aberto à consulta,** especialmente aos representantes da sociedade civil organizada com interesse na questão; 2) sugeriu **que especialmente nos três próximos meses as comunidades envolvidas se apropriem das informações disponibilizadas pela Prefeitura** de modo a identificar eventuais violações ou ameaças a direito que viabilizem atuação preventiva; 3) **referiu não ter identificado,** até o presente momento e a partir das informações trazidas, **ilegalidade na condução dos projetos** pela prefeitura; 4) instou a sociedade civil, especialmente as comunidades atingidas, a **cobrarem juntamente com o Ministério Público a efetividade do cumprimento pela prefeitura das providências anunciadas;** 5) conclamou todos a **tratar a questão na perspectiva dos ganhos que a Copa 2014**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

pode trazer à sociedade como um todo e com respeito aos direitos fundamentais envolvidos.

Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às 18h30min. Segue anexa a lista de presença, que contou com aproximadamente quinhentos participantes. A audiência foi gravada em áudio e vídeo. Assinam a presente ata o técnico administrativo Rodrigo Simões, que a redigiu presencialmente e com o apoio da gravação, e o Procurador da República Alexandre Amaral Gavronski, que presidiu os trabalhos e revisou a redação final da ata, em 19 de abril de 2011, **determinando sua juntada aos autos do inquérito civil n. 0396/2011 e ampla divulgação entre os interessados.**

Rodrigo Simões

Técnico Administrativo

Alexandre Amaral Gavronski,

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão